

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Órgão da Justiça Federal, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional, criado pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, em substituição ao Supremo Tribunal de Justiça.

O Supremo Tribunal Federal foi instituído como o mais alto órgão de justiça do país, atuando como tribunal de defesa da Constituição. De acordo com seu decreto de criação, deveria ser integrado por 15 juízes de notório saber e reputação. Entre suas atribuições figuravam: instruir os processos e julgar em primeira e única instância os presidentes da República nos crimes comuns, os juízes de seção nos crimes de responsabilidade, os ministros diplomáticos em ambos os crimes, os pleitos entre a União e os estados ou destes entre si, os litígios e as reclamações entre as nações estrangeiras e a União ou os estados, a suspeição aposta a qualquer de seus membros, e os conflitos de jurisdição entre os juízes federais ou entre estes e os juízes estaduais; proceder a julgamentos em grau de recurso e em última instância em casos especiais; rever processos criminais em que houvesse sentença condenatória definitiva, e conceder ordem de *habeas-corpus*.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 confirmou a composição e a competência do STF.

Após a Revolução de 1930, o governo provisório expediu o Decreto nº 19.656, datado de 3 de fevereiro de 1931, reduzindo para 11 o número de juízes do STF. Até 1931, o tribunal havia funcionado em sessões plenárias. Nesse ano, passaram a funcionar provisoriamente duas turmas de cinco ministros cada uma, que viriam a ser reconhecidas regimentalmente em 1937.

A Constituição de 1934 mudou o nome do STF para Corte Suprema, mas conservou o número de juízes fixado pelo decreto de 1931. Este número de ministros podia contudo ser elevado por lei até 16. Esta situação foi mantida na Constituição de 1937, quando o tribunal recuperou sua antiga denominação, e também na Carta de 1946.

De 1891 a 1940, o presidente e o vice-presidente do STF foram eleitos por seus pares. Com o Decreto-Lei nº 2.770, de 11 de novembro de 1940, passaram a ser nomeados por tempo indeterminado pelo presidente da República. Entretanto, o Decreto-Lei nº 8.561, de 4 de janeiro de 1946, determinou a volta ao sistema anterior.

O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, promulgado logo após o movimento de 31 de março, suspendeu as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, o que permitiu a aposentadoria ou a demissão dos magistrados. Entretanto, o STF continuou a exercer suas atribuições, concedendo *habeas-corpus* a vários governadores estaduais, como os governadores de Sergipe, Seixas Dória; do Amazonas, Plínio Coelho; de Pernambuco, Miguel Arrais; e de Goiás, Mauro Borges.

O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, elevou para 16 o número de ministros do STF. O presidente do tribunal, ministro Ribeiro da Costa, mostrou-se contrário a essa medida. Segundo Osvaldo Trigueiro do Vale, “essa mudança de composição numérica, pretendendo revitalizar operacionalmente a cúpula judiciária brasileira com a criação de mais de uma turma, tinha no seu bojo a intenção de identificar a linha jurisprudencial do Supremo com os objetivos da Revolução”.

A Constituição de 1967 manteve o número de 16 ministros, dispondo ainda sobre as atribuições do tribunal. Entre outras funções, competia-lhe processar e julgar a declaração de suspensão de direitos políticos daqueles que atentassem contra a “ordem democrática” ou que praticassem “atos de corrupção”.

A promulgação do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, significou a suspensão do direito de *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Foi retirada assim do Poder Judiciário a competência para conceder *habeas-corpus* a indivíduos implicados nesses crimes. Foram também definitivamente suspensas as garantias constitucionais ou legais dos magistrados, quebrando-se desse modo o princípio da vitaliciedade da magistratura, consagrado por todas as constituições brasileiras e por força do qual os juízes não podiam perder o cargo a não ser por sentença judicial.

O Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, reduziu para 11 o número de membros do STF e introduziu novas alterações no quadro de suas atribuições. A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, confirmou esse número de ministros para o STF, além de dispor sobre alterações à Carta de 1967.

Mônica Kornis

FONTE: VALE, O. *Supremo*.

Em abril de 1977, ao ser decretado pelo Executivo o recesso do Congresso Nacional, foi editada Emenda Constitucional nº 7, conhecida como o “pacote de abril”. Tendo por objeto a reformulação do Poder Judiciário nacional em suas diversas instâncias, o “pacote de abril”, na parte relativa ao STF, manteve o mesmo número de membros, bem como o instituto da “avocatória” e, com isso, a possibilidade de o STF, verificado o “imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas”, suspender, mediante requerimento da Procuradoria Geral da República, efeitos de decisões proferidas em quaisquer juízos ou tribunais do país. Institutos surgidos com a emenda constitucional de outubro de 1969, a “avocatória” e a decisão avocada tinham efeito vinculante e aplicabilidade em relação a todos os casos idênticos, sendo, por isso, condenadas por diversos juristas como medidas perturbadoras do direito e da ordem jurídica.

No dia 19 de janeiro de 1979, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 11, a qual, ao revogar todos os atos institucionais, reafirmou os princípios da Constituição de 1967 no tocante à competência do STF, além de devolver à magistratura suas prerrogativas.

Com o fim do regime militar em 1985, a Emenda Constitucional nº 26 (27/11/1985) convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e marcou o dia 15 de novembro de 1986 para o pleito, além de definir o papel do STF nas cerimônias de instalação da Assembleia. Iniciados os trabalhos da Constituinte em... , membros do STF participaram das discussões e da redação dos capítulos relativos ao Poder Judiciário.

Com a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, a ordem jurídica, a estrutura do Poder Judiciário e, em particular, as atribuições do STF viriam a sofrer significativas transformações. Órgão responsável pela “guarda da Constituição”, o STF teve mantida sua competência no âmbito estritamente constitucional. Foi-lhe retirada a função de verificação da observância às leis federais mediante recurso extraordinário, bem como o julgamento dos membros dos tribunais de justiça dos estados e dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) nos crimes comuns e de responsabilidade, que passou à competência do então criado Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Constituição de 1988 ampliou o número daqueles que poderiam propor a ação direta de inconstitucionalidade das leis e dos atos do Poder Executivo federal e estadual. Anteriormente, só ao procurador da República cabia a propositura daquela ação, cujo exame

era de competência exclusiva do STF. A partir de 1988, o presidente da República, a mesa do Senado, a mesa da Câmara dos Deputados, as mesas das assembleias legislativas dos estados, os governadores, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os partidos com representação no Congresso Nacional e as confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional tiveram permissão para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN).

Essa ampliação contribuiu para a maior atuação política do STF, além de dar à nova Carta feição mais liberal em relação àquelas que a precederam. Abria-se a possibilidade de instâncias sociais (partidos com assento no Congresso e sindicatos com representação nacional) questionarem os atos do Executivo, através do exame da constitucionalidade. Além disso, novos institutos passaram a fazer parte do ordenamento jurídico e das atribuições da corte: o mandado de injunção (obrigando a elaboração de normas complementares, referentes a texto constitucional, para garantia de um direito), a ação declaratória de constitucionalidade ou inconstitucionalidade (para a preservação de direitos ameaçados) e o *habeas data* (garantindo publicidade ampla de arquivos e informações oficiais).

A Emenda Constitucional nº 3/93 tornou mais claro o artigo da Constituição referente à ADIN. Também a partir daquela emenda, decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF, referentes à ação declaratória de constitucionalidade, passaram a ter eficácia sobre casos semelhantes, relativamente aos demais órgãos dos três poderes, agilizando o processo judiciário.

Em dezembro de 2004, depois de 12 anos de tramitação na Câmara e no Senado, a Reforma do Judiciário foi finalmente aprovada. Com ela, instituiu-se o controle externo do Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quanto à súmula vinculante, ficou decidido que juízes e tribunais estariam obrigados a seguir apenas a orientação sumulada pelo plenário do STF, em matéria exclusivamente constitucional, o que, na prática, já acontecia.

Na comemoração dos vinte anos da Constituição de 1988, em outubro de 2008, a mudança no papel do STF ficou evidente. As disposições relativas à ADIN e o princípio do controle concentrado da constitucionalidade das leis e dos atos da administração permitiram ao STF

a participar do jogo político, como um dos atores mais importantes, dado seu poder de veto, em um fenômeno social recente que ficou conhecido como a “judicialização da política”, ou a utilização em larga escala de procedimentos judiciais para a resolução de conflitos de natureza política.

Eduardo Junqueira

FONTES: CAMPANHOLE. *Constituições; Coleção de leis do Brasil; Constituições 1967 e 1988; Folha de São Paulo* (3, 21, 25/2; 8, 11, 27/3; 17, 19, 21, 23, 24, 29/4; 1, 2, 4, 8/5, 10/7/1997. 2, 3, 12, 13, 14, 27/3; 12, 13, 18, 19, 20, 22, 25/6; 2, 3, 11, 18, 24, 25, 28, 29, 30/7/1998. 10, 11, 13/2; 22, 24/3; 1, 2, 7, 20, 22/6; 10, 29, 30/7/2001. 7, 10/3; 31/5; 1, 2, 15/6; 6, 7, 8/7; 12/8; 30/9; 20/10; 5, 17, 17, 18, 19, 22/11/2003. 12, 14, 28/1, 2, 3, 4, 10, 12/2, 19/3, 12/5, 1, 4, 2, 7, 9, 29/7, 17/8, 20/10, 9/12/2004. 5, 6, 7/1, 9, 10, 12/4, 1, 6, 25/5, 16, 17/8; 24, 25/10, 13, 23, 27/11, 2, 7, 14, 29/12/2005. 1, 3, 7, 8, 24/1; 16, 20/2, 1, 2, 3, 4. 10, 28/6, 17, 31/7/2006. 1, 2, 17, 20/4, 5, 7, 26/7, 30/8/2007. 1, 11, 12/4; 1, 11, 15, 28/5, 10, 14, 16/6, 1, 2, 3, 10, 11, 12, 21, 22, 25, 28, 31/7, 20/8, 12, 23, 25, 30/10, 10, 11, 12, 31/12/2008); IMP. OFICIAL; *Jornal do Brasil* (20 - 30/9/1992, 5 - 29/12/1992); OLIVEIRA, V. *Judiciário* (v. 48, n. 3, p. 559-686).